

## DIFERENTES NA DESIGUALDADE

### Trajectórias e representações de populações nacionais e imigrantes em fuga da pobreza

[Comunicação ao V Congresso da APA, “Antropologia em Contraponto”, Vila Real, Setembro de 2013]

Boa tarde a todos. A comunicação que vos trago tem a particularidade de não ter origem numa investigação dedicada especificamente às problemáticas das migrações. Não sendo especialista da área, mas trabalhando de há muito em contextos de pobreza urbana, fui-me habituando a ter famílias imigrantes integradas nos meus objectos e a considerar as suas expectativas e projectos de vida como parte dos universos que me interessava analisar. Foi isso que aconteceu quando estudei os processos de realojamento e de apropriação do espaço em bairros sociais, e voltou a ser assim quando me debrucei sobre as relações residenciais e o seu significado enquanto processos simbólicos de demarcação social interna nesses territórios.

Finalmente, no meu último projecto, focado numa tentativa de compreensão dos percursos de saída da pobreza, resolvi dar alguma atenção ao eixo das desigualdades étnico-raciais e autonomizar na análise a condição imigrante, criando para o efeito um subgrupo dentro da população estudada constituído exclusivamente por famílias de origem africana, radicadas em Portugal entre a década de 80 e o princípio dos anos 1990. A um grupo de 14 famílias, oriundas de um bairro de habitação social maioritariamente constituído por população nacional a que chamei Bairro Novo, juntei por isso um segundo conjunto igualmente de 14 famílias, moradoras num outro bairro de realojamento, quase exclusivamente de população africana, a Quinta da Esperança. Ambos os bairros pertencem à AML e o trabalho de campo com as 28 famílias foi simultâneo e durou aproximadamente 2 anos.

O que eu tenho para oferecer a este painel é portanto uma análise comparada das trajectórias e das representações do conjunto de famílias de origem africana que passaram pela pobreza e encetaram processos de mobilidade depois da sua chegada a Portugal, colocando-as em contraponto com famílias na mesma situação de origem nacional.

Os primeiros dados que vos quero apresentar são relativos às experiências de pobreza na sua temporalidade, incluindo as fases do ciclo de vida e os momentos biográficos em que ocorreram e a sua duração. Para a maioria destas famílias em

mobilidade (para quase  $\frac{3}{4}$  do total), tanto imigrantes como nacionais, as passagens por situações de pobreza ou privação económica dizem respeito a um passado mais ou menos remoto (desde a infância até um mínimo de 3 anos, à data do primeiro contacto), o que é demonstrativo da consolidação atingida por uma parte destes percursos, mas que não livram de igual modo e a todos das recidivas e do regresso, pelo menos por períodos de pobreza, não há mais pontos comuns entre famílias nacionais e imigrantes. Entre as primeiras, as **famílias nacionais**, a insuficiência económica de longa duração, também chamada de **pobreza crónica**, têm uma maior incidência e é mais característica da infância e juventude da vida indivíduos, quando ainda se encontravam dependentes das suas famílias de origem. Já no caso dos **imigrantes**, as formas **transitórias** do fenómeno predominam sobre as mais longas e concentram-se sobretudo nos anos subsequentes à **chegada a Portugal**, decorrendo em larga medida do próprio processo migratório. Chegados na sua maioria ao nosso país enquanto jovens adultos ou um pouco mais velhos, os imigrantes passam quase obrigatoriamente por um ou mais anos de dificuldades económicas, por vezes severas, antes de conseguirem reunir condições para viverem de forma mais autossuficiente. Quer se trate de imigrantes qualificados e com maiores valências e currículo profissionais ou dos que integram a massa da mão-de-obra indiferenciada, a entrada no nosso país aparece quase sempre associada à passagem pela pobreza, uma etapa incontornável na relação que lhes é permitido estabelecerem com o mercado de trabalho português.

Apesar de todas as famílias observadas no estudo estarem acima do limiar de pobreza, as **disparidades de rendimento** entre elas eram muito consideráveis. As diferenças exprimiam-se desde logo ao nível dos rendimentos individuais, com salários e pensões a começarem nos 450 euros e a chegarem aos 1000, 1300 euros num caso; mas acentuavam-se ainda mais quando se consideravam os rendimentos englobados das famílias: os rendimentos mais baixos estavam na casa dos 500 euros e estendiam-se até aos 2200 euros<sup>1</sup>. Em média, o rendimento disponível das famílias situava-se nos 1145 euros, mas desagregando os dados, verificava-se que os **1031 euros de rendimento das famílias imigrantes estava cerca de 20% abaixo dos 1245 euros das famílias nacionais**. Mudando para o indicador salarial e considerando apenas o trabalho por conta de outrem, a discrepância entre trabalhadores nacionais e imigrantes mantinha-se: a maioria dos nacionais recebia acima do salário médio nacional, ao

---

<sup>1</sup> Todos os valores indicadas reportam-se a 2009/2010.

passo que para os imigrantes as remunerações se fixavam entre o salário mínimo e médio.

Mas as diferenças de rendimento entre nacionais e imigrantes não são válidas apenas para as 28 famílias em mobilidade com quem trabalhei, podendo ser encontradas igualmente no conjunto das populações dos bairros em que vivem. Se olhássemos para os escalões de rendimentos mais elevados, víamos que eles representavam no Bairro Novo, em percentagem do total, o dobro dos agregados residentes na Quinta da Esperança. Mas as assimetrias não se ficavam pelo topo dos rendimentos. Se procura-se-mos o escalão onde se encontrava a maior percentagem de agregados, descobríamos que no Bairro Novo esse escalão era o 3º, um escalão intermédio; ao passo que na Quinta da Esperança o escalão que reunia mais famílias era o 5º, um escalão da base.

A distribuição dos ativos por **sectores de actividade, o seu grau de qualificação e o tipo de vínculos** fornecem-nos parte da explicação para as desigualdades verificadas no rendimento entre as duas populações. Embora tanto no Bairro Novo como na Quinta da Esperança os ativos apresentem níveis médios de qualificação muito reduzidos, com 60% a entrarem em ocupações não qualificadas, nos sectores tradicionais em que este tipo de mão-de-obra é geralmente acolhida (a construção civil e os serviços domésticos e de limpeza), as semelhanças nas inserções socioprofissionais dos dois bairros terminam aqui. Primeiro, porque no Bairro Novo em relação à Quinta da Esperança a hegemonia do **trabalho indiferenciado** é menor e nos surgem mais trabalhadores com profissões e funções que implicam ou um maior grau de qualificação e especialização ou até de autoridade dentro das relações laborais<sup>2</sup>. Mas há ainda um outro factor que pesará na diferença do rendimento do trabalho e que é a situação na profissão. No Bairro Novo 60% dos ativos empregados têm **contratos de trabalho** como efetivos, ao passo que na Quinta da Esperança esse vínculo mais seguro e avançado só existe em 40% dos casos e os restantes 60% de ativos ou não tem qualquer tipo de vínculo ou têm situações precárias, mais sujeitas à descontinuidade. Finalmente, a razão mais forte para a desproporção de rendimentos

---

<sup>2</sup> Se contabilizarmos os técnicos administrativos, de seguros e imobiliários, os vendedores e os gerentes e proprietários comerciais, mais os profissionais técnicos e científicos e os diretores e quadros, temos no Bairro Novo acima de 17% da força de trabalho, ao passo que os grupos profissionais equivalentes na Quinta da Esperança rondam apenas os 8%.

dos agregados dos dois bairros advirá não do emprego mas da sua ausência. Embora o **desemprego** seja em regra mais elevado nos contextos da pobreza do que no conjunto da população activa a nível nacional, a Quinta da Esperança apresentava taxas absolutamente excepcionais para uma época em que o fenómeno ainda estava circunscrito<sup>3</sup>.

Estes dados sobre o emprego tornam-se ainda mais significativos e demonstrativos da desigualdade e da discriminação que atingem as populações imigrantes quando os cruzamos com os das **habilitações escolares**. Na Quinta da Esperança, a meio da primeira década do novo século, a maioria da população com mais de 18 anos tinha completado o 3º ciclo ou o ensino secundário. Uns anos antes, no Bairro Novo, os indicadores de escolaridade estavam dentro dos padrões dos bairros pobres urbanos e predominavam ainda os adultos que só tinham completado o 1º ciclo. Mesmo ao nível dos graus superiores de ensino e apesar dos números serem baixos, os 20 licenciados da Quinta da Esperança contrastavam com os 2 recenseados no Bairro Novo no mesmo período.

Anos passados, as diferenças dos bairros reapareciam-me nos perfis de habilitações das famílias em mobilidade com que trabalhei. No entanto, apesar dos habilitados com o 3º ciclo ou mais representarem dois terços das famílias da Quinta da Esperança – no Bairro Novo representam apenas metade - e, de entre estes, a proporção dos que haviam concluído o ensino secundário ser maior, estas habilitações mais elevadas não eram acompanhadas com a obtenção de melhores postos de trabalho, ou seja, os detentores destes graus dispunham, quando muito, das mesmas oportunidades dos menos habilitados.

Mudando de variável e olhando para as **28 famílias em termos de hierarquias ocupacionais**, as diferenças entre imigrantes e nacionais não se revelam de imediato, pois todos os trabalhadores se distribuem pelos **mesmos quatro grupos**

---

<sup>3</sup> No ano a que dizem respeito os dados, 2003, enquanto o desemprego a nível nacional se encontrava nos 6.3%, os desempregados na Quinta da Esperança eram 28% da população residente; quatro anos antes, quando o desemprego em Portugal andava pelos 4.4%, o Bairro Novo apresentava uma taxa de 10%, um valor que, sendo menos penalizador, justificará só por si uma parte do diferencial de rendimentos em comparação com os agregados do bairro imigrante - lugar onde, recorde-se, era menor o número de trabalhadores com vínculos que pudessem garantir o acesso a formas de protecção social durante os períodos de inatividade.

<sup>3</sup> Empregados Executantes, Operários Industriais, Independentes e Profissionais e Técnicos de Enquadramento.

**socioprofissionais**<sup>4</sup>. Só uma análise mais próxima permite desmontar essa homogeneidade e ver que há **menos operários e menos diversificados na Quinta da Esperança** do que no Bairro Novo, e que os **Empregados Executantes, embora maioritários no bairro imigrante, estão em sectores pouco exigentes quanto a qualificações**<sup>5</sup>.

Pegando nesta repartição das 28 famílias pela estrutura ocupacional e socioeconómica e comparando-a com a da geração anterior, podemos retirar algumas conclusões sobre a importância da **mobilidade intergeracional** para a saída da pobreza. Uma primeira constatação é que a reprodução de posições praticamente não existe quando comparamos as ocupações dos imigrantes da Quinta da Esperança com as dos seus pais e que a mobilidade descendente supera nessas famílias a mobilidade ascendente. No caso das famílias nacionais do Bairro Novo não há uma tendência definida: a mobilidade ascendente é ligeiramente superior à descendente, mas três quintos das famílias ou conservam posições ou estão abaixo da condição social dos pais. A primeira conclusão incontornável que resulta da análise destes dados intergeracionais é que a mobilidade social ascendente em relação à geração anterior, ou pelo menos a parte dessa mobilidade que é detectável através da utilização das grelhas clássicas da sociologia das classes e da estratificação, não é condição necessária à ultrapassagem da pobreza.

No entanto, é preciso ter em conta que **grelhas** como a que usei, trabalhando com grandes grupos e não estabelecendo subdivisões com base na aplicação de critérios mais finos de desigualdade, **tornam invisíveis os movimentos transformativos** que, sendo **'horizontais'**, ou seja internos a essas classes, não deixam ainda assim de mudar a condição socioeconómica dos seus protagonistas. Acontece também que, **em determinados movimentos de tipo descendente**, como os que ocorrem nas passagens das categorias de Trabalhadores Independentes e Agricultores Independentes para as de Empregados Executantes ou Operários Industriais, **os rendimentos ao invés de acompanharem o abaixamento da**

---

<sup>4</sup> Na Quinta da Esperança, os operários são-no apenas da construção e os Empregados Executantes estão acantonados nos serviços de limpeza ou são auxiliares de acção médica e educativa, se foram mulheres e seguranças, se forem homens. Os Profissionais Técnicos e de Enquadramento aparecem na minha 'amostra' em grande número, mas trata-se de uma sobre-representação provocada.

**condição de classe, poderem evoluir em sentido contrário.** A deslocação evidencia neste caso a falência dos pequenos ofícios, independentes mas de baixo rendimento, e a decadência de campesinatos, cuja terra própria deixa de garantir a subsistência, ambos trocados, de pais para filhos, por empregos na indústria e nos serviços. Pelo critério da propriedade há uma prevalência estrutural das classes de origem e uma mobilidade descendente para o salaríado manual, mas do ponto de vista não menos objectivo do nível de vida, esta nova geração que entrevistei vive melhor e não percebe necessariamente essa mudança como uma perda de estatuto social.

Num segundo conjunto de **trajetórias descendentes**, a situação é algo distinta das anteriores. Os intervenientes são **filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento**, indivíduos cujos pais foram contabilistas, enfermeiros, administradores e militares e que tiveram de se **acomodar a carreiras** que os posicionaram **entre os Empregados Executantes**. Aqui, a mudança não traz necessariamente vantagens económicas e empurra os indivíduos para ocupações menos prestigiadas, por vezes aquém das suas qualificações e competências pessoais. Mas são **percursos forçados**, em que não há margem para escolhas: é a fatalidade dos acontecimentos biográficos, como a morte prematura de um pai, ou a acção de forças históricas como o **empobrecimento das estruturas sociais pós-coloniais**, no caso dos indivíduos imigrantes, a ditar o rumo da vida<sup>6</sup>.

Além da reconstituição dos pontos de partida e de chegada e das trajetórias que tiraram os indivíduos da pobreza e os trouxeram até ao presente, o projecto de investigação que conduzi pretendeu também captar o **modo como se identificam socialmente no presente**, como definem as posições por si conquistadas e as aspirações que ainda mantêm. A este propósito, a maioria dos sujeitos, nacionais e imigrantes por igual, **identificam-se com a classe média**<sup>7</sup>, grupo de desigualdade ao

---

<sup>6</sup> Só circunstâncias históricas muito excepcionais, de crescimento económico, de desenvolvimento tecnológico e de transformação da estrutura ocupacional, podiam pôr em mobilidade efetivos populacionais tão grandiosos e arrastar consigo franjas habitualmente excluídas desses movimentos, como aquelas mais expostas a situações de pobreza. No Bairro Novo e na Quinta da Esperança, quatro em cada cinco dos entrevistados saíram da sua classe social de origem para outras posições e, se bem que os percursos ascendentes não tenham superado largamente os descendentes, como aconteceu a nível nacional<sup>6</sup>, os muitos que se viram reclassificados em baixa não foram prejudicados economicamente por esses deslocamentos.

<sup>7</sup> Aliás, só nesta ocasião se revelam confortáveis a usar o termo 'classe' e o fazem espontaneamente.

qual julgam pertencer. Quer se identifiquem com esta ou com outras classes, a generalidade dos meus entrevistados recorreu às comparações para definir a sua posição social. Nas suas análises subjetivas, a posição de classe é sempre estabelecida relacionalmente, ou seja, depende sempre duma localização num espaço ordenado de desigualdades em que cada posição só pode ser definida pela maior ou menor distância ou proximidade em relação a outras posições.

A generalidade dos entrevistados que se identificaram com a classe média, fizeram-no sobretudo com base num **critério implícito que é o do nível de vida**. Referem-se menos à capacidade económica, no sentido estrito do rendimento monetário das famílias, e mais aos padrões e estilos de vida e de consumo a que esse rendimento dá acesso. O tipo de profissão, seja ela manual ou não manual, não é nem condição de acesso nem factor de exclusão nesta classificação nativa.

Outros, igualmente convencidos da posição em que se encontram, gostam de destacar entre os factores que justificam e legitimam a localização na 'classe média' o facto de, cumpridos todos os compromissos e assegurados os gastos correntes, disporem ainda de um "extra" de rendimento que lhes permite fazer "**extravagâncias**". Para estes, a classe média seria portanto aquela que se permite esses gastos supletivos que estão para além das necessidades básicas.

Mas o desafogo e o relativo à vontade demonstrado por alguns, nem sempre dá o tom às entrevistas. A irregularidade dos salários ou o trabalho entrecortado com períodos de desemprego ou subemprego de um dos cônjuges, podem gerar situações de inconstância de rendimento e instabilidades que fazem os sujeitos hesitar na sua classificação definitiva. Estes sentimentos de viver no limite, com orçamentos que nunca chegam para prover todas as necessidades e auferir da liberdade económica que corresponde às suas ambições, levam este grupo de entrevistados a citarem-se como exemplo do **declínio ou do fim da classe média**.

Expressa duma forma antecipada, de receio pelo futuro, ou em relação a situações quotidianas, já experimentadas, a convicção firme dos atores é que essa queda não os atinge apenas a si isoladamente. Ao pronunciarem-se, podem tomar como ponto de partida a vida e os infortúnios pessoais, mas nunca deixam de

enquadrar a sua situação num estado mais geral da sociedade e em processos que são colectivos<sup>8</sup>.

Mas há uma parte das famílias, sensivelmente um terço, que interpreta as suas dificuldades de forma diferente. Não reivindicam a pertença à classe média, grupo cujas condições de vida sentem ser melhores que as suas, mas dividem-se ao procurar uma categoria que as represente. Uma parte usa a linguagem estratificacionista e coloca-se na classe baixa ou “mais baixa”; outros não se importam de se classificar como ‘**pobres**’. Estes, os que se dispõem a intitular-se pobres, fazem questão de deixar bem claro que a sua pobreza é a de quem é autossuficiente e, ainda que com muitas dificuldades, dispõe dos bens essenciais e é capaz de autonomamente prover às suas necessidades.

De entre as vinte e oito famílias que acompanhei, as que se definem como pobres acabam por ser as que têm orçamentos mais apertados e difíceis de gerir. Ou porque os rendimentos englobados são efetivamente dos mais baixos, ou porque há encargos decorrentes de investimentos em negócios, de aquisição de casa própria ou despesas com a formação dos filhos, que absorvem todo ou a maior parte do dinheiro disponível. A pobreza aqui, diria a linguagem especializada, é subjetiva, determinada não por padrões médios de vida ou por limiares de subsistência, mas por um sentimento de inadequação do rendimento às necessidades.

Ao contrário das identificações com a classe média, que são formuladas em termos de poder e liberdade aquisitiva, as **identificações com a pobreza giram diretamente em torno do dinheiro** e da opressão que é viver sem rendimentos suficientes. A dimensão estritamente monetária da sua condição de pobreza, mono-identificação que proclamam a cada oportunidade, serve a estes pobres para se demarcarem de outros pobres, aqueles que carregam as imputações negativas das representações sociais. Quem se reconhece como pobre dentro do meu grupo de entrevistados, dificilmente poderia ser mais explícito na sua **determinação em não se deixar associar** aos “paupérrimos”, aos pobres que são “pobrezinhos”, aos “fracos” e “coitadinhos” que se deixam cair e viver na miséria material e moral. A defesa da sua

---

<sup>8</sup> Tratar-se-á porventura de um prolongamento do “efeito de classe média” (Estanque, 2003; 2005), exprimindo num plano subjetivo a contrariedade de não se poder dar continuidade, real ou imaginária, à adesão ou inclusão num estrato que, tudo aponta, terá começado a entrar recentemente numa fase de estagnação e declínio.

dignidade, face a uma **pobreza indigna**, é uma preocupação que nacionais e imigrantes que admitem essa condição partilham por igual, embora não exactamente da mesma maneira, como veremos.

Queria terminar esta comunicação fazendo referência às **representações** que recolhi sobre o **conjunto mais amplo da estrutura de desigualdades**, desde as posições desfavorecidas que os indivíduos experimentaram pessoalmente aos lugares privilegiados cuja existência reconhecem. Basicamente a estrutura de desigualdades aparece representada nas entrevistas realizadas como um **sistema binário**, dividido em ‘ricos’ e ‘pobres’/‘classes altas e baixas’ ou como um sistema **tripartido**, com mais uma classe média, de ‘remediados’<sup>9</sup> O conhecimento espontâneo e experiencial dos meus entrevistados socorre-se dos principais critérios que são tradicionalmente aplicados pela sociologia das classes e da estratificação para diferenciar as grandes classes sociais, mas aplicando-os por uma ordem muito própria. **O rendimento** e os bens na posse das famílias e dos indivíduos vêm sempre **à cabeça**, seguidos pelas habilitações escolares e, finalmente e a grande distância, por uma ou outra referência às profissões. O poder económico sobrepõe-se claramente a outros factores como primeira linha de diferenciação das posições sociais e é a partir dele que se torna possível distinguir ricos, pobres e remediados ou classes altas, baixas e médias.

Mas, sendo fundamentais, os indicadores materiais não eram suficientes para indexar posições. Havia um grau de elaboração maior, fruto de uma verdadeira *folk theory* que criava **fracções dentro das classes**, servindo-se de um único **critério**, aplicado transversalmente, **derivado de princípios de uma moral económica** ou, na prática, da maneira como se lida com o dinheiro, que se tem ou não se tem.

A aplicação deste critério moral de hierarquização por parte dos meus entrevistados **não recaía do mesmo modo sobre todas as classes**. era aos pobres e às suas práticas que era dada maior atenção e sobre eles que se exprimiam opiniões mais fortes. Nas representações locais, há pelo menos **dois tipos de pobres** a considerar. Há aqueles a quem se reconhece que são pobres porque estão impossibilitados de produzir os recursos indispensáveis à sua sobrevivência. A definição destes aproxima-se do conceito de pobreza absoluta e aparece expressa em

---

<sup>9</sup> Divisões já referenciadas por outros autores em relação a outros países (p/ ex. Urcioli, 1993; Pascale, 2008).

descritivos como “não ter comida para se alimentar” ou “não ter casa para morar”. Estas **formas de pobreza** são entendidas como **legítimas**, no sentido em que as causas para a falta de recursos são atribuíveis a factores que escapam à vontade e ao controle dos sujeitos. Mas o alvo principal dos julgamentos morais não são tanto estes como outro tipo de pobres. É sobretudo de uma **forma indigna e inaceitável de pobreza** que se ocupam as representações, o que permite fazer uma caracterização pormenorizada da categoria.

Em primeiro lugar, estes pobres são-no por que querem. Não há nenhuma força externa que os coaja, apenas uma **falta de motivação** que reside nos sujeitos e os impede de cumprir com a primeira obrigação de qualquer indivíduo que é trabalhar<sup>10</sup>.

À sua falta de vontade para assegurarem as funções produtivas, estes pobres juntam uma segunda característica, igualmente censurável, que é serem ineptos enquanto consumidores. A expressão ‘**pobre de espírito**’, que tantas vezes ouvi, era empregue principalmente com este significado, para designar não a falta de dinheiro mas a total incapacidade de efetuar escolhas económicas racionais e ajustadas. Num segundo sentido, mais abrangente que este, a expressão “pobreza de espírito” também era empregue para denunciar a passividade e as atitudes resignadas daqueles que, sendo pobres, não mostram nem vontade nem iniciativa para mudar de vida.

A culpa deste e de outros tipos de pobres agrava-se quando **simulam a pobreza**. Esta é outra acusação que lhes foi repetidamente feita, a de se fazerem passar por pobres sem o serem ou, o que é equivalente, de criarem um estado falso de necessidade que não existiria se estivessem dispostos a trabalhar. Aqueles que são considerados falsos pobres são duplamente culpados, porque usam a dissimulação e aproveitam-se da sua suposta pobreza para ludibriar as instituições e receber apoios a que outros não têm direito. O **Rendimento Social de Inserção (R.S.I.)** é objecto

---

<sup>10</sup> Estudos realizados sobre a opinião do conjunto da população portuguesa e europeia parecem indicar que a responsabilização explícita dos pobres pela sua situação económica não é tão elevada à escala macrosocial. Em Portugal em 2004, segundo dados de uma sondagem promovida pela Rede Europeia Anti-Pobreza-Portugal (REAPN) em colaboração com a Universidade Católica Portuguesa (CESOP), 29% da população associa a pobreza à preguiça, significativamente menos do que os 40% que a explicam pelas injustiças. As causas sociais aparecem à frente entre os factores justificativos da pobreza, destacando os inquiridos a baixa remuneração do trabalho e a insuficiência dos valores das pensões e de outros benefícios sociais. A visão dos europeus acentua ainda mais as diferenças entre causas sociais e factores pessoais: 37% atribuem a pobreza às injustiças e apenas 20% à preguiça. Os factores relacionados com o trabalho, desemprego e baixos salários, voltam a ser apontados como os maiores responsáveis pela existência de pobres (Eurobarometer, *Poverty and exclusion*, 2007).

constante de comentários devido, por um lado, ao ‘oportunismo dos beneficiários’ e, por outro, aos critérios da sua atribuição e aos efeitos que essa prestação social pode ter sobre os comportamentos.

Todos estes atributos negativos que me foram referidos para desqualificar certas formas de pobreza consideradas ilegítimas e que aqui aparecem apresentados separadamente são, nas trocas de acusações e nas lutas de classificação, usados em conjunto para designar uma única categoria de comportamentos e de sujeitos: o pobre que não quer trabalhar, não sabe gerir a sua vida e não está disposto a fazer nada para a mudar, a não ser manipular os serviços sociais para receber um rendimento de que verdadeiramente não precisa e a que não devia ter direito.

As **representações dos imigrantes da Quinta da Esperança sobre as desigualdades** traçam-nos um cenário significativamente diferente. Começam por reconhecer as mesmas **duas ou três classes principais**, fazem uso das mesmas nomenclaturas e referem-se aos **mesmos indicadores** de diferenciação reconhecidos pela população de origem nacional, **mas à frente de todos os outros factores de divisão social colocam sempre a raça**. Do ponto de vista de todos os entrevistados, há factores que condicionam as oportunidades de trabalho e inserção social dos negros e, assim sendo, as desigualdades étnico-raciais são a dimensão primária de desigualdade que é preciso considerar antes das distribuições por posições económicas de classe. Foi por isso, porque a condição racial é para eles factor anterior e determinante da colocação numa estrutura de classes, que quando lhes perguntava pelas desigualdades existentes na sociedade portuguesa iniciavam espontaneamente uma conversa sobre relações raciais.

**Em termos explicativos**, houve quem realçasse os condicionalismos históricos e o peso que têm nas relações entre a população nacional e os imigrantes das ex-colónias, mas os africanos mais novos e capacitados do ponto de vista escolar preferiam acusar a sociedade portuguesa de não reconhecer o mérito dos indivíduos e de ter comportamentos discriminatórios, dando menos oportunidades de acesso a profissões mais qualificadas e melhor remuneradas aos imigrantes negros. O preconceito racial tornar-se-ia assim um mecanismo duplamente poderoso, capaz por um lado de impedir a integração e o reconhecimento social das minorias e, por outro, de lhes negar equidade de tratamento no campo das relações económicas.

Finalmente, a forma dos **imigrantes da Quinta da Esperança** representarem as desigualdades distingue-se da da população nacional do Bairro Novo em mais um aspecto: os entrevistados do bairro imigrante **abstêm-se de traçar subdivisões e estabelecer hierarquias dentro das classes a partir de critérios éticos ou morais** e da distinção entre comportamentos prestigiantes e desprestigiantes. Uma interpretação que me parece poder ser suportada em relação a esta diferença é que as representações encontradas na Quinta da Esperança são as de uma população imigrante de primeira e segunda gerações, muito **frágil ainda nos seus posicionamentos na sociedade de acolhimento e que não pode prescindir da entreaajuda e da solidariedade proveniente do agrupamento étnico**<sup>11</sup>. Ora, o princípio de divisão que indo além da posse de capitais põe em cena visões éticas e de moralidade é construído a partir das categoriais sociais mais próximas e, por regra, da comunidade a que se pertence. Enquanto o princípio de divisão étnico-racial continuar a sobrepor-se nas representações às divisões estritamente económicas, dito de outro modo, enquanto a inserção na sociedade portuguesa não atingir estágios mais avançados, dificilmente qualquer estrato ligado a comunidades imigrantes deste género, estejam ou não os seus agentes “em mobilidade”, aderirá a visões fragmentadoras do grupo.

José Cavaleiro Rodrigues

---

<sup>11</sup> Outros factos que me parecem ir no mesmo sentido: não se colarem às caracterizações negativas das exo-identidades, mesmo quando os acontecimentos acirravam as imputações vindas do exterior, nem aproveitarem o problema da juventude de modo a criar “bodes expiatórios” sobre os quais lançar essas acusações.